

**Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção - CTPCC****Relatório de Ações: Tema 3.6: Monitoramento da Transparência Ativa no Poder Executivo Federal****1. Introdução**

**Proposta de Iniciativa:** Monitorar a Transparência Ativa no Poder Executivo Federal - Observatório para Acompanhamento da Transparência Ativa

**Proposto por:** Controladoria-Geral da União (CGU) e Transparência Brasil

**Coordenação:** Controladoria-Geral da União (CGU)

**Corresponsáveis:** Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Infraestrutura; Transparência Brasil; Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social

**Justificativa:** A transparência ativa ocorre de forma difusa no âmbito do Executivo, de forma que novas informações são publicadas ou retiradas por decisão dos órgãos que as gerem. Assim, por vezes é difícil acompanhar evoluções ou regressões na transparência ativa.

**Objetivo:** Ampliar a capacidade de acompanhamento da publicação ou retirada de informações em transparência ativa, disseminando as novas informações e buscando entender ou reverter a retirada de informações.

Conforme determinado no Decreto nº 7.724/2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei nº 12.527/2011), cabe à CGU monitorar a aplicação da lei no âmbito do Poder Executivo Federal. Dessa forma, cumpre destacar que a CGU já realiza monitoramento contínuo sobre a publicação em transparência ativa, por parte de órgãos e entidades federais, das obrigações previstas na LAI, no decreto regulamentador, bem como em outras legislações relacionadas.

Tal monitoramento é realizado por meio do Sistema de Transparência Ativa (STA), que é um módulo da Plataforma Fala.BR, a ser preenchido e mantido atualizado, obrigatoriamente, por todos os órgãos e entidades cadastrados, conforme determina a Portaria Interministerial nº 1.254/2015 (art. 4º, VI e VII). Os resultados dessa avaliação também estão disponíveis à sociedade, por meio do Painel LAI (<http://paineis.cgu.gov.br/lai>), na aba "Transparência Ativa", inclusive com ranking de órgãos acerca do cumprimento de itens, além da possibilidade de verificar o cumprimento por temas.

Dessa forma, a iniciativa do Observatório para Acompanhamento da Transparência Ativa tem por objetivo monitorar as informações divulgadas pelos órgãos e entidades federais de forma proativa e complementar, que são relevantes para o exercício do controle social.

**2. Ações essenciais realizadas para o cumprimento das iniciativas**

Conforme plano de trabalho 2019-2021 aprovado pela Resolução nº 4, de 4 de março de 2020, foram definidas quatro ações essenciais para cumprimento da iniciativa: 1. Ferramenta para reportar publicação ou retirada de informação; 2. Desenho de processo de disseminação e de atuação para informações retiradas; 3. Desenho de processo de acompanhamento/monitoramento; 4. Desenvolver forma de disseminar as informações do observatório.



## 2.1 Ferramenta para reportar publicação ou retirada de informação

A Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção (STPC), da Controladoria-Geral da União (CGU), incluiu o assunto “Transparência Ativa” na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR). Dessa forma, é possível receber e tratar manifestações da sociedade (denúncias, reclamações, solicitações, sugestões e elogios) aos órgãos e entidades federais que tenham relação com a temática.

A opção de utilização do Fala.BR, enquanto sistema integrado de recebimento de manifestações de ouvidoria e de pedidos de acesso à informação, reforça o canal único como ferramenta adequada para tal finalidade, evitando o desenvolvimento de ferramentas adicionais e a duplicidade de entradas e curva de aprendizado do usuário.

Além disso, facilita o acesso pela sociedade, já que o sistema é amplamente utilizado e conhecido. De acordo com o “Painel Resolveu?” (disponível em: <http://paineis.cgu.gov.br/resolveu>), o Governo Federal recebeu 868.206 manifestações em 2020.

## 2.2 Desenho de processo de acompanhamento/monitoramento

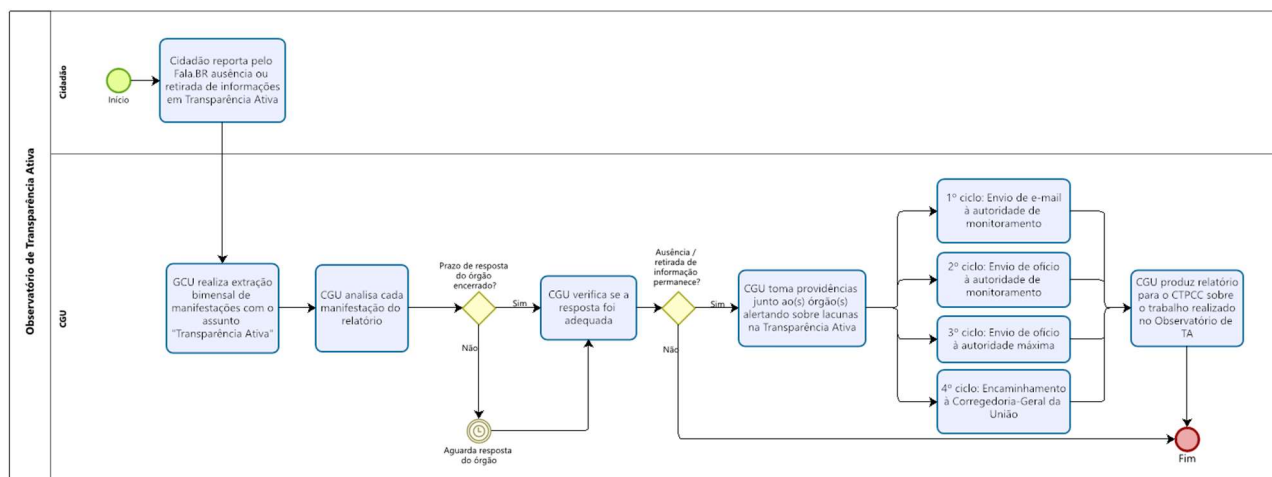
Em complemento ao item 2.1, a STPC/CGU implantou, como atividade contínua, o monitoramento periódico das manifestações registradas no Fala.BR sobre o assunto “Transparência Ativa”. A partir de análise de conteúdo das manifestações registradas aos órgãos e entidades federais, será gerado relatório de monitoramento, com periodicidade bimensal, destacando número de registros, análise das manifestações e eventuais providências a serem tomadas.

As considerações do primeiro relatório de monitoramento estão descritas no item “3.1 Resultados”.



## 2.3 Desenho de processo de disseminação e de atuação para informações retiradas

A STPC/CGU desenhou fluxo do processo de monitoramento do Observatório, que inicia com o reporte sobre informações retiradas e/ou suprimidas da transparência ativa, envolvendo tarefas internas (conforme itens 2.1 e 2.2), além do ciclo de atuação juntos aos órgãos e entidades federais por parte da CGU.



Powered by  
bizagi

## 3. Produtos esperados

### 3.1 Resultados

**Relatório de Monitoramento 01/2021** - A partir de extração da base de dados do Fala.BR, foram encontradas, ao todo, **13 manifestações** com o assunto “Transparência Ativa”, reunindo registros entre 09/11/2020 e 10/03/2021. Nenhuma trata de dado ou informação que tenha sido retirada do site de algum órgão ou entidade do Poder Executivo Federal.

Algumas manifestações apenas tangenciam o tema “Transparência Ativa”, a saber:

- **Solicitação:** para que a SUFRAMA que atualize arquivo em sua página de Dados Abertos (resolvido).
- **Denúncia:** CEX – Comando do Exército mantém sob sigilo o nome da autoridade e o motivo para classificação de documentos classificados como sigilosos mesmo após a desclassificação (prorrogada – manifestação ainda dentro do prazo de resposta por parte do órgão).

As demais manifestações tratam de assuntos bem específicos de cada órgão, não se relacionando com o tema “Transparência Ativa”, e não requerendo ação por parte desta Controladoria-Geral da União (CGU).

### 3.2 Justificativas para os produtos não alcançados

Resta pendente a ação essencial “Desenvolver forma de disseminar as informações do observatório”. A STPC/CGU iniciará, até maio de 2021, as ações de divulgação da ferramenta de reporte, utilizando o site Acesso à Informação ([www.gov.br/acessoainformacao](http://www.gov.br/acessoainformacao)) e as redes sociais da CGU. Para tanto, será fundamental o apoio da Assessoria de Comunicação Social (ASCOM/CGU) no desenvolvimento de um plano



e ou campanha de comunicação para disseminar não apenas os resultados do monitoramento realizado pela CGU no âmbito do Observatório de Transparência Ativa, mas também o incentivo ao uso da ferramenta de reporte, além de conceitos e importância da transparência ativa para o controle social.

#### 4. Conclusões alcançadas com o desenvolvimento das iniciativas

O Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção - CTPCC estabeleceu, dentre os produtos esperados da presente iniciativa, a implantação de um observatório para acompanhamento da transparência ativa e de uma ferramenta para reportar entradas ou saídas de informações dos sites oficiais de órgãos e entidades federais.

Foi atingida, ainda que parcialmente, a meta de implantação do Observatório para Acompanhamento da Transparência Ativa, dentro do prazo de implementação até março de 2021. Destaca-se, como pontos positivos, o alcance de três das quatro ações essenciais estabelecidas para cumprimento das iniciativas do tema.

Dentre as ações essenciais implementadas pela STPC/CGU estão: **Ferramenta para reportar publicação ou retirada de informação (item 2.1)**, utilizando plataforma já utilizada e conhecida pela sociedade; **Desenho de processo de acompanhamento/monitoramento (item 2.2)**, com a geração de relatórios de monitoramento periódicos; e **Desenho de processo de disseminação e de atuação para informações retiradas (item 2.3)**, por meio da definição do fluxo de monitoramento e atuação junto aos órgãos e entidades federais.

O incremento das ações de comunicação sobre a ferramenta de reporte, bem como dos objetivos do Observatório em si, com explicações sobre a forma de monitoramento e divulgação dos resultados consolidados em relatórios, pode auxiliar no aumento do número de manifestações sobre a temática da transparência ativa. Outro ponto é incentivar a adequação e relevância de tais apontamentos encaminhados pela sociedade.